

# Ensino municipal: evasão ou repetência

LUCILA DE BEAUREPAIRE

O ensino na rede municipal do Rio de Janeiro não escapa da crise geral da educação pública no País. A opinião é de professores, educadores e do próprio Secretário de Educação do Município Moacyr de Góes, que reconhece ser muito difícil administrar mil escolas, com problemas sérios de manutenção, 46.685 professores que reclamam dos baixos salários, e 621.953 alunos que não recebem um ensino de qualidade.

O resultado deste quadro são índices elevados de evasão e repetência. Só no ano passado, 25.865 alunos deixaram as escolas, sendo 25 por cento na passagem da 1ª para a 2ª série do 1º grau. As evidências da crise são multiplicadas por mil na rede municipal do Rio de Janeiro, a maior rede municipal de ensino do País, lamenta o Secretário Moacyr de Góes, enfatizando que o problema fundamental é o custeio da rede, encargo exclusivo da Prefeitura.

No último debate dos candidatos à Prefeitura promovido pela TV-Globo, a maioria das perguntas que população fez aos políticos foi sobre Educação. Esse interesse expressa uma grande preocupação dos pais que têm seus filhos na escola pública. Mas não é só isso: a população tem consciência de que o ensino está ruim e como este tema vem sendo tratado demagogicamente pelos políticos que disputam a administração do Município, assegura a educadora Zaia Brandão, da PUC. Professora há 25 anos, ela diz que o interesse do público pela Educação é também resultado da propaganda maciça feita pelo Governo Brizola, que criou expectativa de melhoria e, por fim, frustração.

O Secretário explica que, só este ano, 40 por cento do orçamento do Município foi destinado à Educação: CZ\$ 40,9 bilhões. Toda esta verba, afirma Moacyr de Góes, não é suficiente para a reconstrução e am-

pliação da rede escolar que, de uma forma geral, enfrenta problemas físicos sérios. O dinheiro também é insuficiente para melhorar o salário dos professores e equipar as escolas, oferecendo o material didático necessário.

Moacyr de Góes reclama que as cotas que o Estado recebe do salário-educação não estão sendo repassadas ao Município e calcula um déficit de CZ\$ 10 bilhões nos últimos cinco anos. Em 86, o município não recebeu nada do Estado; no ano passado apenas 0,85 por cento do salário-educação, o que correspondeu a CZ\$ 20 milhões, ou seja, 0,19 por cento das despesas com Educação feitas pela Prefeitura. Só em merenda escolar o Município gasta diariamente CZ\$ 15 milhões. Este ano, a Prefeitura não recebeu nenhuma verba relativa ao salário-educação.

O Secretário Estadual de Fazenda Antônio Claudio Sochaczewski assegura, no entanto, que não há obrigatoriedade do Estado de repassar verbas para o Município. Diz que as cotas do salário-educação estão sendo aplicadas na rede estadual de ensino na capital e no interior. De janeiro a agosto deste ano, o Estado recebeu CZ\$ 4,5 bilhões.

Para obras na rede escolar, o Município pediu ao Ministério da Educação uma verba de CZ\$ 1,8 bilhão, dos quais foram repassados apenas CZ\$ 177 milhões o que, segundo o Secretário Moacyr de Góes, é insuficiente para a recuperação dos prédios. Hoje existem 110 escolas municipais necessitando de reformas gerais — entre elas, a Leite da Cunha, na Tijuca, que ocupa um prédio de quase 100 anos — e não há prazo para o início das obras.

Todo este quadro de dificuldade reflete na qualidade da aula que é oferecida ao aluno do Município. Na opinião do Secretário, o ensino municipal ainda precisa crescer muito, tanto em quantidade de escolas quanto em qualidade. Pelos dados da Secretaria, o índice de repetência,

embora tenha baixado de 31 por cento, em 86, para 28 por cento, em 87, ainda é alto. No ano passado, a evasão de alunos chegou a atingir 25.865 crianças de 1ª a 8ª série do 1º Grau.

— Esses números revelam que a escola não pode ser tratada fora do contexto social. Se há crise, ela reflete na sala de aula. Uma escola que não tem recursos para melhorar a qualidade da aula vai ter muita repetência e evasão de alunos — conclui o Secretário Moacyr de Góes.

A educadora Zaia Brandão afirma que a população hoje está consciente de que a escola pública vai mal, já que tem seus filhos em escolas aonde faltam giz, carteira, professores, condições mínimas de higiene, e ainda convive com greves cíclicas de professores. Ela afirma que os pais hoje ficam divididos durante as greves:

— Se por um lado há revolta das pessoas de verem os filhos sem aula, por outro acompanham a longa história de um profissional que vem sendo desrespeitado. Elas sabem como é duro sobreviver como professor da rede pública, muitas vezes tendo que dar aulas em quatro ou cinco escolas para melhorar o salário, sem tempo para se aperfeiçoar — afirma a educadora, acrescentando que, melhorando a remuneração do professorado, 50 por cento dos problemas serão resolvidos.

Para tentar melhorar o ensino, a Secretaria está discutindo com os professores da rede uma nova proposta curricular que garanta o mesmo padrão de ensino para todos os alunos, identificando os conteúdos mínimos, independente da região. Esta nova proposta conta com a participação da UERJ, que vai opinar sobre o novo currículo. A Secretaria está promovendo também um programa de aperfeiçoamento profissional, em convênio com a UFRJ, em que todos os professores serão beneficiados. A idéia, segundo o Secretário, é fazer com que a escola básica trabalhe com os avanços da universidade.

Fotos de Fernando Quevedo



O aluno encosta na porta quebrada da Escola Leite da Cunha, na Tijuca